Editorial

A FESTA ACABOU

E os alemães foram os campeões da Copa do Mundo no Brasil. Conseguiram uma vitória suada, por 1 a 0, na prorrogação, sobre uma seleção argentina aguerrida. No combate final, estiveram presentes grupos que de fato mereceram estar ali. Prevaleceram o trabalho, a estratégia e a técnica. Ao contrário dos brasileiros, argentinos e alemães não contaram só com o carisma, mas se prepararam intensamente para a competição, o que os fez chegar aos primeiros lugares. Dizia-se, antes da Copa, que o futebol brasileiro estava ultrapassado. O Mundial veio confirmar isso, provando que não basta ter os melhores atletas, se não é possível montar uma equipe competitiva. Todos os dias jogadores são exportados em transações milionárias.

Para a seleção brasileira, foi a pior das Copas. Para a presidente Dilma, para o presidente da Fifa e até para o papa Francisco, a melhor das Copas. O governo fez o dever de casa direitinho, pressionado pela Fifa, que "exibiu" sua competência de empresa multinacional.

O caos esperado não ocorreu, a não ser na área em que ostentávamos "expertise". Tudo funcionou satisfatoriamente, merecendo nota alta (9,25) da Fifa. Em especial a polícia, que prendeu cambistas e ativistas.

A festa custou em torno de R$ 29 bilhões. O governo não entregou tudo o que prometeu, mas o que fez foi suficiente. Culturalmente, o país saiu ganhando, e isso terá de ser levado em conta quando os óbices começarem a aparecer, o que não deve demorar.

Logo a população percebeu que a Copa não constituía uma guerra patriótica e que ela poderia se identificar com outras seleções, em reconhecimento do seu talento e técnica. O que estava em cena eram o esporte e sua magia de irmanar as pessoas em torno de uma emoção.

Agora, o Brasil volta à realidade do seu cotidiano, que tenderá a se exasperar até as eleições.

SEMPRE EDITORA LTDA

FUNDADOR Vittorio Medioli
PRESIDENTE Laura Medioli
VICE-PRESIDENTE Luiz Alberto de Castro Tito
DIRETOR EXECUTIVO Heron Guimarães
DIRETOR FINANCEIRO Marcos de Oliveira e Souza

GERENTE COMERCIAL Fabiano Guerra
GERENTE DE TECNOLOGIA Fábio A. Santos
GERENTE INDUSTRIAL Guilherme Reis
GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO Walmir Prado
GERENTE DE MARKETING Alessandra Soares
GERENTE DE CIRCULAÇÃO Isabel Santos

EDITORA EXECUTIVA Lúcia Castro
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO Michele Borges da Costa
ADJUNTO DA SECRETARIA DE REDAÇÃO Murilo Rocha
CHEFE DE REPORTAGEM Renata Nunes
EDITORES
Opinião: Victor de Almeida
Economia: Karlon Aredes
Política: Carla Kreefft
Magazine: Silvana Mascagna
Brasil/Mundo/Interessa: Aline Reskalla
Esportes: Denner Taylor
Cidades: Marina Schettini
Primeira: Frederico Duboc
Fotografia: Rejane Araújo

O.PINIÃO

Duke

www.dukechargista.com.br

FÁTIMA OLIVEIRA
Médica
fatimaoliveira@ig.com.br

SUS: perspectiva integral e acesso universal e igualitário

É política de Estado, independe do desejo do governante

As demandas de atenção à saúde em um país com mais de 200 milhões de habitantes são perenes, tanto as velhas quanto as novas – decorrentes do desenvolvimento exponencial da medicina nos últimos 20 anos.

Ao mesmo tempo, ainda não estabelecemos uma assistência à saúde capaz de concretizar em plenitude uma conquista democrática, inscrita na lei maior do país, a Constituição Federal, que é: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (Art. 196).

A pergunta, sobretudo em época de eleições, é: se o Estado é o responsável, como tal dever se materializa? A Constituição Federal também responde: "As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I. descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II. atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III. participação da comunidade" (Art. 198).

Eis o Sistema Único de Saúde (SUS), que é público, mas não é gratuito: é financiado com dinheiro de impostos pagos por toda a população. Há obrigações constitucionais definidas para as três esferas de governo, as competências de cada uma, da responsabilidade financeira ao estabelecimento da Política Nacional de Saúde, orientadora do Plano Nacional, do Estadual e do Municipal de Saúde, visando viabilizar o SUS! É papel do Ministério da Saúde elaborar a política, e é dever dos governos locais, estadual e municipal, executá-la.

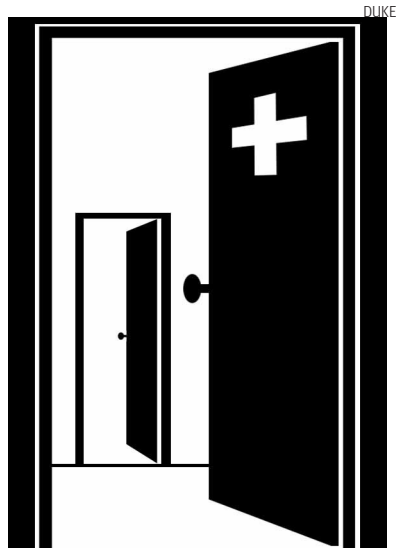
Os Estados, todos, clamam por um Plano Estadual de Saúde capaz de incorporar as necessidades mais prementes do povo em vulnerabilidade quando doente, diante da insuficiência e deficiência dos serviços de saúde. Porém, os governos estaduais e municipais parecem não se preocupar com mais nada além da choradeira de que não há dinheiro e esperam que tudo caia do céu do "Papai Grande" (o governo federal), inclusive os recursos humanos da saúde!

> É preciso que assumam abolir a precarização do trabalho médico, o que mudará a "cara" do SUS, pois fixará os profissionais nas áreas mais necessitadas

Temos de desconfiar de candidaturas que prometem "mundos e fundos" aos pedaços na saúde, completamente descolados do SUS, que é uma política de Estado, logo independe do desejo do governante de plantão!

O Mais Médicos, em regime de trabalho precário (contratos temporários), é apenas a encenação de meia solução, pois, embora ajude bastante a quem não contava com médico nenhum, não resolve o problema de modo mais permanente nem consolida o SUS de modo sério.

É preciso que tenhamos convicção de que a solução está no âmbito dos governos estaduais, principalmente por meio da realização de concurso público para uma carreira de Estado para médico do SUS, objetivando alocar médicos com estabilidade e garantias trabalhistas reais em lugares onde eles são necessários, estabelecendo assim recursos humanos comprometidos com a saúde pública e a tornar o SUS cada vez de qualidade.

Em poucas palavras, é preciso pressionar para que as candidaturas assumam o compromisso de abolir a precarização do trabalho médico, o que certamente mudará a "cara" do SUS, pois fixará os profissionais nas regiões mais necessitadas e mostrará ao país o que o SUS de fato preconiza. Não é pouco: é quase tudo de que o povo precisa!

DUKE